

O Conflito pela terra no Bico do Papagaio no contexto dos anos 1960/70 e a concretização de um projeto excludente. Gerson Alves de Oliveira - José Geraldo Alberto Bertoncini Poker – Curso de Ciências Sociais – Inter-área – Sociologia – Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A presente pesquisa *O conflito pela terra na região do Bico do Papagaio no contexto dos anos 1960/70 e a concretização de um projeto excludente*, busca analisar a consolidação do projeto desenvolvimentista do Regime Militar e as mudanças na estrutura da posse e uso da terra da região, bem como as modificações no cotidiano da população local. O interesse, primeiramente, é verificar o processo de modernização da agricultura no Bico do Papagaio como sendo um projeto imposto que desconsiderava o trabalhador rural e sua relação com a terra. Num segundo momento, buscaremos compreender a problemática da terra no contexto de uma nova sociabilidade fundamentada na vida urbana e o discurso que coloca a necessidade da reforma agrária vista dentro de uma perspectiva desenvolvimentista. Em linhas gerais, a intenção é discutir sociologicamente as tensões existentes no âmbito social, político e econômico na disputa pela terra envolvendo posseiros e grande proprietário e o papel do Estado na concretização de um projeto excludente.

Por ser região de fronteira agrícola, a área do Bico do Papagaio nos anos 60/70 sofreu um intenso processo de mudança, tanto na estrutura social econômica e política. Como porta de entrada para a Amazônia, a região recebeu uma grande quantidade de migrantes no primeiro decênio do regime militar, devido a abertura de estradas e rodovias que interligavam a área aos grandes centros urbanos do país. Ocorre nesse período uma ocupação espontânea que cresceu significativamente até meados da década de 70.

Paralelamente a esse processo estava em curso o programa de ocupação dirigida da Amazônia Legal e foram estabelecidos uma série de instrumentos legais para que tornar possível a migração de grandes investidores para a região. Assim, iniciou-se uma política voltada para o financiamento, incentivos fiscais e creditícios. Surgem então, em 1966 a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e o BASA (Banco da Amazônia S. A), que funcionariam como órgãos técnicos e financeiros no desenvolvimento planejado da Amazônia como um todo.

Trata-se aqui, portanto, entre outras coisas, de tentar compreender a disputa pela terra acirrada a partir da atuação do Estado, já que havia o temor, no tocante à situação de “caos” em que o campo se encontrava. Nesta perspectiva é que se desenrola o projeto de Colonização Oficial, por um lado, e a instalação de grandes empresas por outro, ou seja, para o Regime Militar era importante manter um discurso progressista junto a população da área e, ao mesmo tempo, preservar o modelo fundiário concentrador.

A luta do posseiro vista sob esse ângulo recolocar a questão da terra e seu conseqüente distanciamento com relação projetos técnicos que discutiam uma possível reforma agrária. A resistência do posseiro se deu através de respostas não organizadas dentro da forma clássica, ou seja, dentro de uma visão politizada e classista, mas foi produto da realidade que o expropriava e, ao mesmo tempo, convergia para o enfrentamento em um cenário de exploração da sua força de trabalho. Portanto, expropriação e exploração se dão de forma simultâneas e correlatas, pois o desenvolvimento da economia agrária brasileira está condicionado a estrutura econômica nacional como um todo, por isso fica presa a uma perspectiva de mercado.

A modernização subordinou a população dessas áreas de expansão agrícola e, ao mesmo tempo, tirou-as do isolamento. No entanto, a integração dessas áreas se deu na medida em que esses “espaços vazios” passaram a ser vistos dentro de uma perspectiva econômica que necessitava do pioneirismo para se vincular as regiões mais urbanizadas do país. Por outro lado, o movimento de ocupação efetuado pelo posseiro é constantemente deslocado de um lugar para outro, visto que a sociabilidade moderna do universo urbano é caracterizada pela relação contratualista, passando a ser fundamentada na utilização e na compra e venda terra e da força de trabalho.

Toda essa mudança encontra sua justificativa no desenvolvimento rural, pois o Estatuto da Terra, ressaltava a produtividade em detrimento ao sistema de agricultura voltada para a subsistência, numa visão que procurava racionalizar o campo. Neste sentido, a empresa capitalista tornou-se modelo ideal de imóvel, e o latifúndio, enquanto empecilho precisava ser expurgado do campo, para dar lugar

a modernização e industrialização da agricultura, através de incentivos técnico para a produção. Isso se significa dizer, que a reforma agrária como solução para o conflito, passou a ser substituída pelo discurso que reivindicava a modernização como solução da questão agrária e as respostas para o desenvolvimento do capitalismo no meio rural, na media em que provocaria o enriquecimento da nação e mudaria a qualidade de vida da população rural.

Neste sentido, o interesse da pesquisa é compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo na região do Bico do Papagaio, tendo como ponto de a experiência a resistência e a luta do posseiro frente ao processo de expansão da fronteira econômica e o cruzamento desta com a frente de expansão. Pretende-se, analisar a contestação do trabalhador rural da região frente as constantes medidas tomadas pelo Governo Militar.

Cabe analisar sociologicamente, num primeiro momento, que elementos podem ser identificados na resistência do posseiro frente ao processo de expansão do capitalismo na região do Bico do Papagaio, como área estratégica para a inserção Amazônia Legal como um todo. Assim, o ambiente social, política e a organização são elementos que forneceram instrumentos para uma abordagem voltada e focada na ação do posseiro enquanto sujeito social da história política daquela região.

Trata-se de compreender que instrumentos foram alocados na estruturação fundiária que permitiu um crescente e significativo aumento da pobreza na região à medida que cresceu a presença da grande empresa agrícola. Entendendo que os conflitos foram respostas à política de expansão do capitalismo no campo, gerida a partir da atuação do Estado, Busca-se identificar a atuação dos grupos de mediação presentes na área como, por exemplo, o papel do PC do B (Partido Comunista do Brasil), no sentido de que estes grupos poderiam fazer da terra uma bandeira política e generalizar o conflito numa área de grande tensão social.

Em verdade, a guerrilha serviu como pretexto para acelerar o processo de implantação de uma reforma agrária circunscrita, localizada estrategicamente as margens das rodovias e estradas que cortavam a área, visto que a política agrária do Regime Militar se pautou na perspectiva ideológica da Segurança Interna e Externa, para que fosse possível o combate aos os inimigos perigosos, descobrindo, assim, suas origens, seus mecanismos de atuação política, além de ficar atento e identificar o grau de recepção que a ideologia revolucionária trouxe para o país, bem como a proteção da Amazônia terra ignota e seu vasto território.

Neste sentido, o objetivo principal é analisar dentro de uma perspectiva sociológica o contexto de transformação da realidade rural do posseiro na região do Bico do Papagaio, buscando compreender a realidade da atuação política e dos interesses que impulsionaram a expansão da fronteira econômica na área. O ponto de partida é conflito pela terra no Bico do Papagaio e a atuação do posseiro enquanto sujeito, tendo em vista a implantação de um projeto modernizador que o excluía. Nesta perspectiva, torna-se primordial uma leitura focada no cruzamento tanto da ação do Estado na região, seja no âmbito social, político e econômico, como de uma resposta do posseiro frente às transformações que seu ambiente passava, revelando uma consciência que deve ser entendida a partir de sua realidade social.

Bibliografia:

GRAZIANO, José da Silva. *A Modernização Dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1979.

_____. *Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.

MARTINS, José de Sousa. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

_____. *Expropriação e Violência, A Questão Política no Campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil – História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

NEIVA, Artur Herl. *O problema da imigração e colonização*. In: Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Nº 107, Julho, 1973.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia Brasileira: crítica a razão dualista*. 4ª edição, Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.

PEREIRA, Liliana Patrícia Lemos Sepúlveda. *Os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio – Tocantins na década de 1980*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 1990.

SADER, Maria Regina de Cunha Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1986.